



CONTRATO DE CONVENÇÃO

Entre o Serviço de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências, com sede na Avenida da República, n.º 61, 1050-189 Lisboa, com o número fiscal de contribuinte 600 084 884, neste ato representado pelo seu Diretor Geral, Dr. João Augusto Castel-Branco Goulão, e a Associação Centro Jovem Tejo - IPSS, enquanto entidade atuante no domínio dos comportamentos aditivos e dependências, Centro Jovem Tejo, com o número de identificação fiscal de contribuinte 502 299 398 e sede no Pátio Albers, n.º 10 2830-320 Barreiro, neste ato representado pelo seu Presidente da Direcção Dr. Elísio Barros, entidades adiante designadas por SICAD e Segundo Outorgante, é celebrada o presente Contrato de Convenção, de acordo com o Decreto – Lei n.º 72/99 de 15 de março e Despacho dos Ministros das Finanças e da Saúde N.º 16938 / 2013, de 31 de dezembro publicado no Diário da República, 2ª série, n.º 253, de 31 de dezembro de 2013, nos termos das cláusulas seguintes:

Cláusula I

(Objeto)

O presente Contrato tem por objeto definir as condições a que se obrigam os outorgantes tendo em vista o apoio financeiro para o tratamento de utentes dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, em conformidade com a supracitada legislação.

Cláusula II

(Natureza jurídica da Instituição)

1. O segundo outorgante tem a natureza de IPSS Pessoa Coletiva de Utilidade Pública sem fins lucrativos e, conforme os seus estatutos, tem como finalidade desenvolver atividades no domínio do tratamento das dependências de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas;
2. Ao segundo outorgante compete manter em funcionamento uma unidade privada de saúde na valência de Comunidade Terapêutica com Programa Geral para utentes dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas, designada por CT Luís Barros, sita na Rua António José Marques s/n Quinta do Anjo, no concelho de Palmela, distrito de Setúbal;

3. A unidade possui Licença de Funcionamento válida, nº 30, emitida pelo IDT nos termos previstos nos artigos 1º a 4º, e 57º do Decreto – Lei 16 /99 de 25 de janeiro.

Cláusula III

(Capacidade e regime de camas autorizadas)

1. A lotação do estabelecimento licenciado ou autorizado a funcionar é de 25 camas em regime residencial, dos quais 21 são objeto do presente Contrato de Convenção;
2. Das camas em regime residencial objeto do presente Contrato de Convenção 10% serão destinadas a toxicodependentes que se encontrem em cumprimento de medidas tutelares, de penas substitutivas de penas de prisão, bem como em internamento imposto em processo penal, de liberdade condicional ou de outras medidas flexibilizadoras da pena de prisão.
3. Das camas remanescentes objeto do presente Contrato de Convenção, duas são reservadas para Programa Específico de Menores, uma para Grávidas e três para Dependentes do Álcool.

Cláusula IV

(Critérios de admissão de utentes para Programa Específico de Longa Duração)

São elegíveis para Programa Específico de Longa Duração os utentes que reúnam previamente à sua admissão, os seguintes critérios, de forma cumulativa:

- a) História de dependência de substâncias psicoativas de duração superior a dez anos;
- b) Empobrecimento da rede de relações, marcado isolamento social e com elevado grau de desinserção;
- c) Múltiplos insucessos em anteriores intervenções terapêuticas;
- d) Manifesta incapacidade para a mudança no seu estilo de vida de consumos;
- e) Ausência de suporte familiar ou social, ou em situação de sem-abrigo, com impossibilidade de, por si, inverter as situações de desfavorecimento e exclusão em que se encontram;
- f) Desemprego, ou incapacidade de angariar meios para a sua subsistência, de duração superior a um ano;
- g) Carências ao nível das competências pessoais e sociais e incapacidade de organização moderada.



Cláusula V

(Condições de financiamento)

1. O financiamento do tratamento em camas convencionadas da Unidade detida pelo segundo outorgante fica condicionado a um Termo de Responsabilidade emitido pela Divisão de Intervenção nos Comportamentos Aditivos e nas Dependências (adiante designadas DICAD) da Administração Regional de Saúde, I.P. (adiante designadas ARS, I.P.) competente, do qual devem constar o tempo de internamento previsível e a designação do Programa de Tratamento;
2. O preço máximo de referência a ser pago pelo Estado, mensalmente e por cada utente, é fixado no Despacho dos Ministros das Finanças e Saúde nº 16938/ 2013 de 31 de dezembro nos seguintes montantes:
 - a) Comunidade Terapêutica – Programa Geral e Programa Específico para Dependentes do Álcool: 900 Euros / mês / utente;
 - b) Comunidade Terapêutica com Programa Específico para crianças e jovens, grávidas ou utentes dependentes de substâncias psicoativas com doença mental grave concomitante: 1.000 Euros / mês / utente;
3. É definido como limite à comparticipação pelo Estado no financiamento dos serviços prestados no âmbito dos Contrato de Convenção para o tratamento em comunidade terapêutica de utentes dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas 80% do preço máximo de referência estabelecido, atualizável na medida em que aquele preço for atualizado por novo Despacho.
4. Em cumprimento do disposto nas alíneas e) e i) do Artigo 3º do Decreto Lei Nº22 / 2012 de 30 de janeiro, o financiamento dos serviços prestados pelo segundo outorgante no âmbito deste Contrato de Convenção aos utentes possuidores de Termo de Responsabilidade válido, competirá às ARS, I.P.;
5. O segundo outorgante cobrará, ao próprio utente ou à sua família os remanescentes 20% do preço máximo estabelecido pelo Despacho mencionado, desde que possuidor de Termo de Responsabilidade válido emitido pela DICAD da ARS, I.P. da área de residência do utente.
6. Emitido o Termo de Responsabilidade, e para efeitos da comparticipação financeira relativa ao primeiro mês de tratamento, deve o segundo outorgante comunicar à ARS, I.P. competente, a data efetiva da admissão do utente, a qual deverá ocorrer

no período de sessenta dias após a data de emissão do Termo de Responsabilidade, findo o qual este perderá a sua validade;

7. O processamento da comparticipação financeira é feita com base em listagens nominativas, a fornecer mensalmente pelo segundo outorgante às ARS,I.P. das áreas de residência dos utentes, onde constem os elementos identificativos dos utentes, designadamente o número do documento de identificação civil, número de beneficiário, sistema ou subsistema de saúde por que está abrangido, número do Termo de Responsabilidade, a sua data de emissão e data de admissão do utente;
8. O segundo outorgante deverá apresentar às ARS,I.P. das áreas de residência dos utentes, de uma só vez, a totalidade da faturação em dívida, durante o período definido por cada uma destas entidades;
9. Tendo o segundo outorgante observado todos os trâmites necessários e que constam dos números anteriores desta cláusula, e não estando em qualquer outra situação de incumprimento, as ARS,I.P. procederão à conferência e pagamento das faturas no prazo máximo de 30 dias a contar da data do seu recebimento.
10. Nos casos de divergência de faturação resultantes, designadamente, de erros de cálculo e da atribuição incorreta de valores aos atos praticados, as ARS,I.P. suspenderão os pagamentos relativamente aos atos em dúvida, até que sejam produzidos os esclarecimentos necessários ou efetuadas as correções convenientes.

Cláusula VI

(Cobrança de valores aos utentes)

1. Para além do valor previsto no ponto 5º da Cláusula anterior, o segundo outorgante poderá ainda cobrar ao utente ou à sua família, a título de dinheiro de bolso, um valor até 15% do preço máximo aí estabelecido.
2. Sem prejuízo do disposto nos números anteriores, a cobrança pelo segundo outorgante de eventuais despesas motivadas por questões judiciais ou de saúde específicas terá de ser previamente autorizada pelo utente ou sua família, ou pessoa a quem competir a tutela nos termos da lei;
3. Ao segundo outorgante fica proibida a cobrança de quaisquer outros valores a qualquer título.



Cláusula VII

(Obrigações e deveres da Instituição)

1. O segundo outorgante obriga-se, em geral, a:
 - a) Proporcionar atividades terapêuticas e/ou ocupacionais incluindo as de índole psicoterapêutica e psicossocial apropriadas, sob responsabilidade médica e supervisão psiquiátrica;
 - b) Garantir condições de estada adequadas designadamente as condições de instalação e funcionamento de acordo com o disposto no Decreto-Lei n.º 16/99, de 25 de Janeiro;
 - c) Respeitar os limites máximos de financiamento consignados no supracitado Despacho;
 - d) Respeitar a lotação licenciada para a unidade;
 - e) Comunicar ao SICAD qualquer alteração ulterior ao estabelecimento do Contrato de Convenção, quer no que respeita ao projeto técnico, quer em caso de a unidade pretender promover modificações ao exercício da sua atividade as quais, à luz do disposto no Decreto –Lei n.º 16 /99 de 25 de janeiro, determinem um novo pedido de licenciamento à entidade competente.
2. O segundo outorgante obriga-se, ainda, em especial e no referente às condições de adesão, a respeitar o disposto nos números 2 a 5 do artigo 5º do Decreto-Lei nº 72/99 de 15 de Março;
3. Fica também obrigada à colaboração com a DICAD da ARS, I.P. territorialmente competente e com o SICAD, disponibilizando dados sócio demográficos e do movimento clínico relativos aos utentes da Unidade;
4. Para os efeitos do presente Contrato de Convenção obriga-se o segundo outorgante, concomitantemente:
 - a) A fornecer informações detalhadas sobre os objetivos e métodos adotados no programa terapêutico;
 - b) A garantir, em qualquer fase de intervenção do programa, a inexistência de qualquer forma de violência física, psíquica ou coação moral;
5. O programa de tratamento será definido de acordo com os critérios técnico – científicos propostos pelo diretor técnico da unidade detida pelo segundo outorgante que o deverá enviar ao SICAD para conhecimento e análise;

6. Com a antecedência de um mês do termo do período de permanência previsto para cada doente, os técnicos da Unidade detida pelo segundo outorgante devem avaliar, com o técnico que procedeu à referência, da possibilidade de alta ou da necessidade da continuação do tratamento.

Cláusula VIII

(Obrigações e deveres do SICAD)

Para além de zelar pelo cumprimento nos termos e âmbitos específico do presente Contrato de Convenção, está o SICAD obrigado a fornecer os suportes e instrumentos normalizados necessários à sua execução, nomeadamente aos procedimentos relativos à admissão de utentes, aos pagamentos previstos, bem como aos circuitos de troca de informação dele decorrentes, seja em formato físico, seja em formato eletrónico, com as necessárias adaptações.

Cláusula IX

(Deveres das Comunidades Terapêuticas com Programas Específicos)

1. As Comunidades Terapêuticas que pretendam prestar cuidados de saúde a grávidas dependentes de substâncias psicoativas, lícitas ou ilícitas deverão:
 - a) Possuir Programa Terapêutico especificamente desenvolvido para grávidas;
 - b) Assegurar o seguimento da grávida/puérpera em obstetria/ginecologia, bem como o acompanhamento pediátrico do bebé;
 - c) Assegurar as condições no quarto da grávida, tendo em conta o espaço ocupado por berço ou cama do futuro bebé, que deverá ter o tamanho mínimo de 80cm x 120cm, bem como a coordenação com infantário/creche;
 - d) Comunicar à Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco e Instituto de Segurança Social, I.P. do nascimento da criança para avaliação e acompanhamento, designadamente para avaliação das necessidades de proteção e acompanhamento na procura de berçários, creches ou infantários, e respetivo pagamento;
2. As Comunidades Terapêuticas que pretendam prestar cuidados de saúde a crianças e jovens deverão:
 - a) Possuir programa terapêutico especificamente desenvolvido para crianças e jovens, prevendo o apoio pedopsiquiátrico;



- b) Garantir apoio pedagógico diferenciado para continuação da escolaridade obrigatória;
 - c) Assegurar programas distintos para grupos etários diferenciados, 11 aos 14 anos e dos 15 aos 17 anos, sempre que existam;
3. As Comunidades Terapêuticas que pretendam prestar cuidados de saúde a utentes dependentes de álcool, deverão:
- a) Possuir programa terapêutico especificamente desenvolvido para o tratamento de utentes dependentes de álcool;
 - b) Assegurar o apoio psicoterapêutico, sob supervisão psiquiátrica e com acompanhamento regular de médico de clínica geral, tendo em vista a criação de condições para a reinserção social, desenvolvendo ainda reuniões temáticas sobre problemas ligados ao álcool;

Cláusula X

(Critérios/Parâmetros de Avaliação e Pagamentos)

Para efeitos da presente cláusula entendem-se como metas de avaliação:

1. O preenchimento e envio mensal dos questionários individuais, à DICAD territorialmente competente, relativos ao movimento clínico, no que respeita quer a admissões, quer a saídas de utentes, os quais:
 - a. no que se refere ao movimento clínico do mês anterior, deverão os questionários ser enviados até ao último dia útil do mês subsequente, numa taxa igual ou superior a 90%, com uma tolerância de 5% ;
 - b. sem prejuízo do disposto na alínea anterior, deverá acrescidamente o segundo outorgante cumprir a meta de envio de 100% dos questionários individuais, sem tolerância, dispondo para tal do prazo de 60 dias a contar do último dia útil de cada mês para remeter a totalidade dos questionários em falta, e que eventualmente não foram enviados no mês anterior .

O não envio dos questionários de acordo com os prazos e taxas acima estipulados acarretará a suspensão do pagamento das participações dos utentes a que respeitem os questionários em falta;

2. A submissão, ou a garantia de que foram realizados testes para o VIH, Hepatites B e C e rastreio da Tuberculose a mais de 95% de todos os utentes admitidos em tratamento, com uma tolerância de 5%;



3. A promoção do início e /ou continuação do tratamento para as patologias referidas na alínea anterior, a 100% dos utentes que dele necessitem, em articulação com as consultas médicas hospitalares de especialidade - sem tolerância, os quais deverão ser atestados através de envio de documento comprovativo para o efeito.

Cláusula XI

(Critérios gerais para admissão dos utentes)

1. Para os efeitos do presente Contrato de Convenção a admissão dos utentes é da responsabilidade do segundo outorgante, mediante Termo de Responsabilidade, pessoal e intransmissível, emitido pela DICAD da ARS, I.P. da área de residência do utente;
2. Apenas são admitidos, ao abrigo deste Contrato de Convenção, e no limite máximo referido pelo número 1. da Cláusula III, os utentes referenciados ou avaliados pelas Equipas Técnicas Especializadas (doravante designadas ET) das DICAD da ARS, I.P. da sua área de residência, ou por indicação da Direção Clínica dos subsistemas de saúde protocolados com o SICAD, ou ainda por determinação judicial;
3. A admissão de utentes em camas convencionadas de Comunidades Terapêuticas, para Programa Geral ou Específico, pode ainda processar-se por iniciativa do próprio junto da Instituição, estando sujeita a avaliação pelas ET das DICAD da ARS, I.P. da sua área de residência.
4. Concluído o processo de avaliação e determinada a indicação para tratamento em Comunidade Terapêutica (Programa Geral ou Programa Específico), serão iniciados os procedimentos de admissão por parte das ET das DICAD da ARS, I.P. da área de residência do utente;
5. Em utentes que reúnam, previamente à sua admissão, critérios que possibilitem a sua inclusão em distintos Programas, deverá ser determinado pelo técnico que procede à sua referenciação / avaliação inicial qual destes mais se adequa às necessidades assistenciais globais do utente.
6. Esta determinação inicial não obsta a que, no decurso do processo de tratamento, mediante justificação clínica fundamentada por parte do segundo outorgante e dependente de aprovação da DICAD da ARS, IP da área de residência do utente, possa ocorrer uma transição para outro Programa Específico, desde que estejam reunidas as seguintes condições:



- a. a Unidade detida pelo segundo outorgante disponha de camas convencionadas atribuídas a esse Programa;
 - b. previamente à sua admissão, o utente reúna critérios de inclusão para o Programa para o qual transita.
7. Se aprovada a proposta de transição, ao tempo previsto de tratamento para o Programa para o qual transita será descontado o período em que o utente já esteve em tratamento na Unidade detida pelo segundo outorgante, contado até à data da respetiva aprovação.
8. Estão isentos das condições expressas na alínea b) do número 6. desta Cláusula:
 - a. os utentes inseridos em Programa Específico para crianças e jovens que atinjam a maioridade durante o período de tratamento na Instituição;
 - b. os utentes que transitem para Programa Específico para dependentes de substâncias psicoativas com doença mental grave concomitante, por força do surgimento, durante o período de tratamento na Unidade detida pelo segundo outorgante, de quadro agudo de doença mental não diagnosticada na fase prévia à sua admissão.
9. Os utentes sujeitos a determinação judicial para internamento em Comunidade Terapêutica bem como os indicados pela Direção Clínica dos subsistemas protocolados com o SICAD não estão obrigados à avaliação prevista no número 2. desta Cláusula;
10. Os beneficiários de subsistemas de saúde deverão ser identificados pelo respetivo número de beneficiário e designação do subsistema a que pertencem;
11. O não cumprimento da comunicação da data da efetiva admissão do utente no prazo de trinta dias implica a imediata cessação do Contrato de Convenção.

Cláusula XII

(Período de tratamento)

1. A vigência dos Termos de Responsabilidade referidos no ponto 1 da Cláusula IV tem início à data da sua emissão ou da admissão do utente se posterior, caducando com a sua alta se antes do termo da sua validade;

2. Mediante a emissão do Termo de Responsabilidade referido pela entidade competente, o financiamento do tratamento do utente em Comunidade Terapêutica será pelo período de doze meses. Excetuam-se os utentes admitidos para Programa Específico para Dependentes do Álcool cujo financiamento será pelo período de seis meses;
3. O tempo de tratamento poderá ser eventualmente prorrogado mediante a reemissão do Termo de Responsabilidade pelo período máximo de seis meses, baseado em solicitação do Diretor Clínico da Unidade detida pelo segundo outorgante e obtido parecer favorável da DICAD da ARS, I.P. competente.

Cláusula XIII

(Situação de alta)

1. Sempre que se verifique uma situação de alta, programada ou não, fica o segundo outorgante obrigado a comunicar à DICAD da ARS, I.P. da área de residência do utente a data efetiva da ocorrência, no prazo de trinta dias;
2. O não cumprimento da comunicação da efetiva admissão do utente ou da alta, programada ou não, referidas no número anterior, implica a imediata cessação do Contrato de Convenção;
3. Após uma alta clínica fica vedado um novo internamento daquele utente, em regime de convenção, nos seis meses subsequentes, na mesma Unidade;
4. Sempre que se verifiquem duas situações consecutivas de alta não programada fica vedada, à Unidade um novo internamento, do mesmo utente, em regime de Convenção, nos seis meses subsequentes.

Cláusula XIV

(Fiscalização)

Enquadradas pelas suas competências específicas nesta matéria e sem prejuízo da colaboração entre si para este efeito, compete à Entidade Reguladora da Saúde, Inspeção Geral das Atividades em Saúde (IGAS), bem como às ARS, I.P. e ao SICAD, fiscalizar a observância das disposições do presente Contrato de Convenção.

Cláusula XV

(Vigência e renovação do Contrato de Convenção)

O presente Contrato de Convenção é válido por cinco anos, findos os quais serão avaliados pelos outorgantes, os resultados obtidos, renovando-se o Contrato automaticamente por igual período, se os resultados se encontrarem dentro dos parâmetros contratados.

Cláusula XVI

(Denúncia)

1. Este Contrato de Convenção pode ser denunciado, a qualquer momento, por qualquer dos outorgantes com pré-aviso de cento e oitenta dias.
2. Competirá ao segundo outorgante diligenciar de forma a preservar os direitos e a continuidade dos cuidados aos utentes que se encontrem em tratamento; na eventualidade de o conseguir antes do final do supramencionado prazo de cento e oitenta dias e mediante documento que o ateste, poderá a Instituição solicitar ao SICAD que os efeitos da denúncia se produzam a partir do momento em que assegurou efetivamente a continuidade dos cuidados a todos esses utentes.

Cláusula XVII

(Suspensão e resolução)

O incumprimento do estabelecido nas alíneas b) e e), do ponto 1. da cláusula VII terá como sanção a suspensão do Contrato de Convenção, bem como dos pagamentos devidos;

1. O não cumprimento dos parâmetros definidos nos pontos 1., 2. e 3. da cláusula XI, durante cinco anos consecutivos, poderá acarretar a cessação do Contrato de Convenção;
2. O não cumprimento da obrigatoriedade de comunicação atempada pelo segundo outorgante às entidades competentes quer da data da efetiva admissão do utente na Unidade de tratamento, quer a data da sua saída, independentemente da forma com esta se revestiu, constituem motivos para cessação do Contrato de Convenção.

Cláusula XVIII

(Regime subsidiário)

Os casos omissos nesta Convenção e as suas eventuais dúvidas serão resolvidos ou esclarecidos por acordo entre o SICAD e o segundo outorgante, sendo aplicadas subsidiariamente as normas legais em vigor para Contratos de idêntica natureza.

Cláusula XIX

(Cláusula transitória)

É expressamente revogado o Protocolo de Cooperação ou Contrato de Convenção anteriormente celebrados entre o ex-IDT, IP ou organismos que o antecederam e o segundo outorgante, salvaguardando os utentes que à data da assinatura do presente Contrato de Convenção se encontrem em tratamento.

Cláusula XX

(Entrada em vigor)

O presente Contrato de Convenção entra imediatamente em vigor após a sua assinatura por ambos os outorgantes, reportando-se os seus efeitos a 1 de fevereiro de 2015.

Feito em dois exemplares ficando um na posse de cada outorgante;

Lisboa, 6 de fevereiro de 2015

O Diretor Geral do SICAD



João Augusto Castel-Branco Goulão

O Presidente da Direção do Centro Jovem Tejo



Elísio Mendes Amaro Barros